



## **EDUCAÇÃO DO CAMPO, ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

Gabriela Teles Meira Cruz<sup>1</sup>

### **RESUMO**

A Educação do Campo no Brasil é uma realidade vivenciada por muitos estudantes em diferentes partes do país. O surgimento dessa, foi a partir de movimentos sociais a favor das igualdades de direitos, que retomam um processo histórico de exclusão social entre os sujeitos do campo e os da zona urbana. Com as mudanças na educação brasileira, houve uma grande influência, principalmente, devido à globalização, pois o sistema capitalista vem transformando as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade, bem como o setor educacional, determinando modelos, impõe regras e ideologias que geram mais desigualdade social e desconsidera a diversidade cultural dos sujeitos envolvidos nesse contexto. Nesse sentido, o estudo bibliográfico, busca discutir acerca da educação que vem sendo desenvolvida no campo, a qual apresenta resultados distantes do desejável, em especial, no que tange a alfabetização e ao letramento, fatores que contribuem para os índices de evasão, de indisciplina e de desistência dos alunos campestres, pois além das escolas regulares, há também as turmas multisseriadas, que representam mais dificuldades de adaptações pedagógicas, visto a falta de formação docente adequada em relação ao ensino diferenciado, que atente para com as necessidades reais dos atores e da Educação do Campo que se deseja construir. Sendo assim, o presente texto reflete acerca do processo educativo atual da Educação do Campo e as contribuições da alfabetização e do letramento na transformação da realidade campestre e na formação política e social dos indivíduos.

Palavras-chave: Educação do Campo. Globalização. Educação. Alfabetização. Letramento.

### **INTRODUÇÃO**

A Educação do Campo vem sendo discutido nas últimas décadas, como um ensino envolve os comportamentos dos sujeitos sociais do campo e reflete nas mudanças do contexto atual da sociedade. Neste sentido, alguns estudiosos, retomam a necessidade de refletir acerca de uma organização educacional para atender as demandas existenciais e particulares dos estudantes que estão inseridos nesse processo, reforçando que a identidade da Educação do Campo precisa ser construída a partir da mobilização de trabalhadores rurais, por meio de movimentos sociais que estão presentes nas lutas por uma política econômica, agrícola, educacional e cultural voltada para o meio rural.

---

<sup>1</sup> Mestra e doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana – Assunção/PY (2018). Graduada em Letras Vernácula com especialidade em Linguística e Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia –UNEB. Especialista nas áreas de Psicopedagogia Clínica/Institucional pelo Centro Educacional Evangélico Líber – C.E.E.L. e Faculdade Católica de Anápolis - F.C.A. e de Gestão Educacional pela Faculdade Batista Brasileira – FBB. Email gabi.tmeira@hotmail.com



Durante décadas a educação oferecida aos alunos que residem nas áreas rurais do país, seguiu e segue aos modelos oferecidos na educação urbana, um tratamento igualitário, porém excludente, decorrente do sistema capitalista que define qual ou quais modelos de produção, modelo de educação, modelo de estado devem ser seguidos. Diante desse sistema, a classe trabalhadora do campo/rural pode ser apresentada a partir da propriedade privada da terra e dos conflitos existentes entre os sem terras e os latifundiários, que lutam por igualdade de oportunidades, uma vez que, à concentração da propriedade da terra está nas mãos de poucos, vem gerando cada vez mais uma discrepância econômica e social entre os sujeitos envolvidos.

No que diz respeito ao desenvolvimento do mundo globalizado, vale salientar que mudanças ocorridas em diferentes setores da sociedade são estimuladas pelo processo capitalista neoliberal, que interligadas as questões econômicas contribuem para a expansão do de um sistema manipulador e controlador. Neste sentido, esse sistema baseia-se na produção de massa e na propriedade privada, transformando o planeta em único, deixa de levar em conta as necessidades regionais e as especificidades de cada povo/nação, tem como foco reprimir, dominar e controlar as classes trabalhadoras que estão nas áreas rurais e urbanas de todo o país.

Assim, podemos destacar que a globalização foi e continua sendo responsável por mudanças representativas na história do homem, com a unificação do planeta em um só mundo, com pretensões de homogeneizar, levantou questões, as quais fizeram com que os cidadãos insatisfeitos buscassem por meio de movimentos sociais, conquistar e fazer valer seus direitos previstos em leis governamentais. Todavia, esse sistema continua a contribuir com a renovação das disparidades, criando novas desigualdades, uma vez que beneficia apenas uma parcela de pessoas, situação que causa transtornos e danos à grande maioria dos países, empresas e pessoas.

Nesse processo de transformação globalizada as fronteiras são derrubadas e as mudanças tecnológicas apresentam modificações drásticas nas relações humanas, tanto pessoais, quanto sociais. Com a tecnologia houve uma diminuição das distâncias, pois possibilitou a comunicação de modo mais rápido, no entanto, também trouxe alguns problemas, principalmente, por estar igualando os costumes e desvalorizando a identidade cultural de cada sujeito. Este efeito, também afetou a educação e, principalmente, a Educação do Campo, que por sua vez não consegue atender aos “moldes” determinados pelo mundo global.

Os problemas da globalização, as consequências e os desafios que ela coloca a respeito de assuntos como a diversidade cultural e a educação, também atingem o campo, que por sua vez, perde uma grande quantidade de sua população com o êxodo rural e com o latifúndio. Uma



parcela dos sujeitos que moram no campo migra para a zona urbana em busca de melhores condições econômicas, geralmente, imposição do sistema capitalista, que fomenta o consumo desenfreado de produtos industrializados e tecnológicos. No sistema capitalista, a tecnologia também contribuiu significativamente para o desenvolvimento dos latifúndios, pois com o avanço tecnológico no maquinário agrícola, a elite tomou posse de grande parcela das terras e, com o poder de controlar a produção pode requisitar a mão de obra dos sujeitos do campo por um preço insignificante, fatores preponderantes para o aumento da desigualdade econômica e social. Assim, diante disso, a educação na escola do campo também foi atingida por essas transformações, pois uma parcela dos jovens começaram a evadir para trabalhar nos latifúndios, outros continuaram os estudos em horário oposto, com dificuldades para aquisição de conhecimentos, geralmente, por serem distantes da realidade local e outros motivos diversos que compõem o cenário rural.

Esta educação presente nos espaços escolares do campo, ainda segue as propostas educacionais homogeneizantes das escolas urbanas, neste sentido, é pertinente destacar que os sujeitos inseridos nesse espaço se sentem insatisfeitos quanto ao ensino oferecido, pois não condizem com sua realidade, bem como desvalorizam a diversidade cultural existente no campo. Estudos indicam que diante de tantos desencontros apresentados pela educação no Brasil, em especial, a educação ofertada no campo, essas ainda não possuem propostas que promovam a alfabetização e o letramento nas séries iniciais, devido à ausência desses, surgem problemas como a evasão, a indisciplina e a repetência, fatores pertinentes que tornam os indivíduos cada vez mais submissos aos comandos da classe dominante.

Neste sentido, a Educação do Campo que os movimentos sociais almejam, buscam por mudanças pertinentes ao currículo, a formação docente, a implantação e instalação de escolas em áreas de Reforma Agrária dentre outras, os atores desse contexto também lutam por políticas públicas que de fato possam transformar o contexto atual. Diante dessa realidade, torna-se fundamental o entendimento acerca da Educação do Campo, das práticas de alfabetização e de letramento, dos movimentos sociais e dos efeitos da globalização e suas consequências no contexto social do meio rural. Para tanto, o presente trabalho busca refletir sobre a influência da globalização no sistema de ensino das escolas do campo e suas implicações na formação política, social e intelectual dos sujeitos, atentando-se para a importância da relação entre o ensino da leitura por meio de propostas como alfabetizar letrando no processo da Educação do Campo, atentando para a necessidade social de entender o contexto mundial, do Brasil e do campo, vista a repensar as práticas pedagógicas de alfabetização e de letramento a partir das



teorias voltadas para a educação que contemple questões reais do ensino em áreas rurais, com políticas públicas que venham a garantir as estratégias que interfira e propicie mudanças nessa realidade social do processo educativo das escolas do campo no Brasil.

## **DESENVOLVIMENTO**

No mundo atual, a globalização exerce influência em todos os setores, na educação seus efeitos transformam práticas e impõe modelos que modificam o processo educativo. Nesse sentido, a educação imposta pelo sistema capitalista busca atender as necessidades da industrialização, que se caracteriza através de moldes norte-americano, gerando cada vez mais uma dependência por parte dos sujeitos.

A globalização segundo Santos (2002) produz mais desigualdade, pois dá a ilusão de um mundo sem fronteira, no entanto, este mundo é fragmentado e gera cada vez mais desemprego, pobreza, fome, insegurança, ampliando as fraturas sociais. Diante disso, entende-se que os efeitos globais permeiam todos os campos sociais e, a educação também é influenciada pelas ideologias imposta segundo o sistema neoliberal.

No que diz respeito à Educação do Campo no Brasil é pertinente destacar a questão agrária, pois, os modelos impostos pela mundialização intensificam práticas e ideologias capitalistas, que interferem na vida dos sujeitos do campo. À questão agrícola ou da reforma agrária, permeiam a forma de produção que vem sendo desenvolvida no campo, os “moldes” confrontam-se, pois, de um lado o modelo de agronegócio ou agroexploração controla a produção agrícola, por possuir o conhecimento tecnológico do maquinário, bem como a concentração da propriedade da terra, enquanto que do outro lado, permanece o modelo da agricultura familiar ou agroecologia que só atende as necessidades alimentares dos pequenos produtores.

Diante disso, é perceptível observar que a reforma agrária no Brasil ainda enfrenta obstáculos para atender as demandas existenciais, pois mesmo diante de diversos movimentos sociais, a luta em busca de desapropriação das terras improdutivas ainda não terminou. Neste sentido, uma educação de qualidade para os sujeitos que vivem em áreas rurais apresenta-se como um dos meios de superação das desigualdades produzidas ao longo dos tempos, uma vez que a educação para esses sujeitos está diretamente ligada às lacunas produzidas pela ausência e negligência do poder público que mantém um ensino inadequado, um escola em situação degradante e precária, com grande parte de alunos inseridos em um processo enganador que as



classes multisseriadas promovem, levando a exclusão de oportunidades de aprendizagens daqueles que ainda se encontram subordinados, a uma educação pobre para os “pobres”.

É preciso destacar que mesmo diante das interferências internacionais que lutam para que os direitos sejam garantidos a todos os sujeitos, reforçando a necessidade de políticas públicas em países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, reforçando a necessidade de investimentos dos recursos públicos que atentem para ações tanto na infra-estruturas das escolas, bem como na formação dos professores que atendem em áreas específicas dessas áreas, dentre outras propostas, a educação ainda enfrenta obstáculos para cumprir com o papel de formar cidadão competentes e com habilidades de conduzir sua vida social e atuar no mercado de trabalho, no caso dos estudantes do campo, atuar na comunidade em que vive. Deste modo, podemos salientar que precisamos garantir o acesso ao conhecimento a todos os sujeitos e, principalmente, a aqueles que ainda estão inseridos em uma educação que pouco se ensina e pouco se aprende, fatores que contribuem para a desistência, a evasão, a repetência e o analfabetismo, uma vez que o trabalho pedagógico ainda precisa ser reformulado com vista ao atendimento e a formação dos filhos de trabalhadores rurais em seu contexto local. Assim,

“O desafio colocado à Educação do Campo, como a toda perspectiva de educação emancipatória hoje, é o de revalorização ou de construção de um pluralismo desde outras bases políticas e teóricas. Pluralismo que no plano da educação seja diálogo, que pode ser de complementação ou de objeção e contraponto, mas que inclua sínteses, superações”. (CALDART, 2007, P. 07).

Como afirma Caldart é por meio de uma educação voltada para o campo que os sujeitos podem transformar a realidade em que se encontram, haja vista que as propostas políticas implantadas até os dias atuais não foram capazes de possibilitar ações verdadeiras e eficazes para melhoria educacional, bem como trabalhista dos atores campestres. Neste sentido, pode-se observar que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) ainda não conseguiu de fato atender as emergências que a educação do campo vivencia e, que diante disso, pouco são as transformações da realidade educacional proposta no meio rural.

Considerando estes fatores, a educação, que poderia contribuir na formação dos sujeitos do campo, continua reproduzindo interesses dominantes do sistema capitalista e, principalmente, multiplicam a divisão injusta de classe. Segundo dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (**Inep**), o desamparo e vulnerabilidade da população do campo resultam em altos índices de analfabetismo e baixo rendimento escolar, 25,8% da população adulta (de 15 anos ou mais) é analfabeta, enquanto que a população urbana apresenta 8,7% de analfabetos. Neste sentido,



Numa sociedade como a nossa, em que a divisão de bens, de rendas e de lucros é tão desigual, não se estranha que desigualdade similar presida também à distribuição de bens culturais, já que a participação em boa parte desses últimos é mediada pela leitura, habilidade que não está alcance de todos, nem mesmo de todos aqueles que foram à escola. (LAJOLO, 2007, p. 106).

Como afirma Lajolo, a escola ainda não possibilita a todos o conhecimento necessário da leitura e da escrita, e mediante esta realidade, a maioria dos sujeitos é colocada à margem da sociedade, pois, a leitura abre “portas” para ir de encontro às imposições da sociedade excludente. Uma vez que, as desigualdades no ensino são notáveis na sociedade brasileira, em especial, no campo, haja vista que, existem muitos jovens analfabetos, inúmeras crianças reprovadas por ano e adultos que não passaram das séries iniciais do ensino fundamental. Neste sentido, para modificar esta realidade é preciso uma educação voltada para o campo, bem como uma superação na distribuição de rendas. Assim, é relevante destacar que a situação da educação dentro do espaço escolar no campo tem demonstrado que as práticas voltadas para a alfabetização dos alunos não atendem de fato as necessidades de ensino-aprendizagem, uma vez que,

[...] a análise da situação em que se encontra a leitura comprova a ineficácia da escola, pois o aluno manifesta seu desinteresse por essa atividade, evidenciando a distância que se estabelece entre a ação pedagógica e o alcance do comportamento desejado. (SARAIVA, 2001, p.23).

Diante disso, os resultados alcançados por meio de um ensino de pouca qualidade favorecem a repetência, a indisciplina, a evasão e outros fatores negativos que impossibilitam a aprendizagem dos alunos. No entanto, o papel fundamental da escolar é ensinar a ler e a escrever, ampliando o domínio dos níveis de leitura e de escrita. E, evidentemente, com políticas educacionais, voltadas para a realidade campestre, utilizando recursos didáticos apropriados que venham possibilitar maiores condições e atendimento às necessidades individuais e sociais desses sujeitos, como também respondem a necessidades próprias do conhecimento e da transformação da sociedade e, com isso, a educação do campo poderá desenvolver relações entre alfabetização, letramento e indivíduo, em todas as suas interfaces.

Diante de tantos problemas no campo, a educação e o analfabetismo são dificultores que o Brasil ainda enfrenta nos dias atuais. Nesse sentido, o ato de ler é um processo social de construção dos significados, e a escola é um espaço representativo para o ensino e aprendizagem da leitura, tendo esta grande influência na formação intelectual e crítica dos indivíduos. Diante disso, a proposta de práticas envolvendo a alfabetização e o letramento pode



possibilitar aos sujeitos que estão no campo melhores condições de aprendizagem, pois sem as habilidades e competências da leitura, os alunos tendem a perder o estímulo pela educação e, principalmente, este resulta em evasão, desistências e formação ineficaz.

Segundo Soares (2010), a alfabetização é instrumento para aquisição da leitura e da escrita e que o desenvolvimento dessas habilidades e o uso efetivo em práticas sociais chama-se letramento. Neste sentido, é relevante destacar que os sujeitos não proficientes na leitura e na escrita não se inserem em práticas sociais condizentes a realidade atual, pois a ausência de conhecimentos dificulta um avanço social e cultural, haja vista que, a sociedade contemporânea e tecnológica excludente domina o poder e a distribuição de informação e de produtos.

Assim, percebe-se que a educação em muitas instituições escolares do campo vivencia situações de dificuldades no ensino e na aprendizagem da leitura pelos alunos. Tal situação, gera a desistência e a evasão por parte desses, pois as políticas públicas inadequadas ou sua ausência são fatores preponderantes para dificultar o desenvolvimento no meio rural. A Resolução estabelece que, “Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental”. (BRASIL, *Resolução n.º 2*, p. 02, 2008). No entanto, a educação desenvolvida no campo permeia as salas multisseriada, em consequências dessa realidade o ensino-aprendizado segue modelos homogeneizantes, não atendendo as individualidades de cada sujeito e, sobretudo deixam de levar em conta a diversidade sociocultural campestre. Mediante a esta situação, os alunos inseridos em classes não regulares vão de encontro o que se propõe a Resolução e, principalmente, a condição pertinente de aprendizagem, tal fato só aumenta as disparidades sociais, econômicas, culturais e educacionais.

Partindo dessa perspectiva, a educação do campo busca a valorização dos sujeitos levando em conta a diversidade sociocultural, pois,

Compreende-se, então que o mundo da cultura e seu movimento, como parte da história de um povo, de uma tradição e herança, ao ser confrontado com outros universos, pressupõe interesses diversos postos numa relação de alteridade (o eu e o outro em relação) mais que de diversidade (o eu e o outro). Resultam, daí, processos de manipulação da realidade, segundo diferentes formas de percepção e conhecimento. (GUSMÃO, 1997, p. 05).

Diante disso, os movimentos sociais lutam por uma educação do campo que atendam as demandas da realidade rural, esses propõem ações afirmativas que valorizem a diversidade cultural e que conduzam entre os sujeitos uma criticidade e que por meio do respeito ao outro, possibilite uma condição humana integral. No entanto, a educação como vem sendo imposta no campo atende aos interesses do sistema capitalista, uma vez que, desenvolve práticas



pedagógicas com o intuito de fornecer os conhecimentos para “aluno-modelo” segundo as necessidades mercantilistas do consumo e do individualismo. Em decorrência, ao contrário do que a educação aí imposta sugere, a Educação do campo, por meio de lutas e reivindicações acerca de uma educação campestre, fomenta outros valores socialistas e do coletivo que consistem em elevar a capacidade teóricas dos alunos de modo a subsidiar ferramentas de compreensão e auto-determinação para possibilitar melhores condições trabalhistas e de vida no campo.

Dentro deste marco de movimentos sociais, a educação do campo ainda se depara com as contradições presentes no espaço escolar. As dificuldades apresentadas no ensino e na aprendizagem da leitura por muitos autores decorrem devido a fatores como: baixa escolaridade dos pais, a falta de acompanhamento familiar, condições socioeconômicas, metodologias inadequadas dentre outros. Mas, podemos observar que ainda há uma complexidade para solucionar tal problemática, pois no contexto atual, a ineficácia escolar contribui para a manutenção do poder, segundo as ideologias impostas pelo sistema capitalista. Assim,

A constatação de um fracasso generalizado com relação ao ensino da leitura e escrita na escola é, entretanto, inegável. Por isso, é urgente para nós todos, professores de jovens e adultos, entendermos que a leitura deve significar numa possibilidade real da inserção dos alunos no mundo da informação e conseqüente conhecimento para um efetivo exercício da cidadania, pois a possibilidade de intervenção na realidade se faz pelo domínio que a condição de leitor oferece aos sujeitos. (MATTA, 2009, p. 70).

Neste sentido, o que a educação do campo propõe são políticas públicas significativas que leva a uma ação libertadora dos sujeitos do campo, a fim de possibilitar transições concretas na proposta de escolarização da classe trabalhadora na atualidade. Diante disso, é necessário a implantação de uma escola que de fato garanta o acesso dos alunos das áreas rurais a uma formação intelectual e domínio das tecnologias, bem como o avanço do pensamento crítico. Pois, segundo Morin (1999, p. 1), “liberdade é possibilidade de escolha. A possibilidade de escolher pode ser interior, isto é, subjetiva ou mentalmente possível: liberdade de mente. Pode também ser exterior, ou seja, objetiva ou materialmente possível: liberdade de ação”.

Enfim, podemos salientar que, a Educação do campo como luta pela dignidade humana dos trabalhadores do campo, precisa superar as condições atuais de desigualdades e buscar possibilidades de agir frente à sociedade dominante, atendendo as demandas existenciais, sem perder de vista as especificidades daqueles que residem nas áreas rurais das diferentes regiões do Brasil.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no contexto atual apresenta-se como forma de manutenção da desigualdade econômica, social e intelectual. O mundo global, por meio do sistema capitalista determina modelos educacionais que estão distantes da realidade dos sujeitos. Diante disso, os movimentos sociais vêm lutando por uma educação do campo e, fica da vez mais evidente, que uma educação impostas nas escolas públicas sediadas em áreas rurais não estão em sua maioria condizentes como o meio e com a realidade daqueles que estudantes filhos de trabalhadores dessas áreas.

Neste sentido, o desafio atual propõe tarefas essenciais aos indivíduos como: a conquista da terra acerca de novas relações de produção de vida, do conhecimento tecnológico e intelectual crítico, todos associados a uma formação humana que vise à busca da liberdade, da autonomia e da emancipação. Nessa reflexão, o contexto do campo apresenta-se como relevante para discutir acerca das dificuldades de leitura e de escrita, que interferem na aprendizagem, na permanência e no sucesso escolar. Diante disso, propor uma educação voltada para a realidade local do campo e práticas de alfabetização e do letramento como mecanismos de ascensão dos sujeitos, podendo possibilitar aos trabalhadores do campo e filhos, um maior entendimento do mundo que estão inseridos, de modo a favorecer a transformação social, vista a democratização do conhecimento que por muito tempo foi privilégio de poucos.

Enfim, é pertinente as discussões acerca das interferências da globalização nos modelos educacional impostos pela sociedade atual, com vista a possibilitar uma reflexão crítica e efetiva acerca dos desafios que a educação do campo enfrenta, de modo a contribuir na busca de alternativas que minimizem ou solucionem os problemas decorrentes das dificuldades de aprendizagem na alfabetização e letramento dos alunos que residem em áreas rurais do país, reforçando a necessidade de políticas públicas educacionais efetivas para o ensino e a aprendizagem desses sujeitos que estão à margem das oportunidades de aprendizagem que refletem as necessidades básicas promovidas pelo ensino público.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Resolução n.º 2, de Abril de 2008*. MEC. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Disponível em: [http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/educacao/educacao-rural/resolucao\\_MEC\\_2.08](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/educacao/educacao-rural/resolucao_MEC_2.08) acesso em: 21 fev. 2014

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. cap. II, 2007. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/92602353/roseli-caldart-2007-Educacao-no-campo> acesso em: 27 fev. 2014.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Antropologia e educação: origens de um diálogo**. Campinas: Cad. CEDES, Vol.18 n.43. 1997.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6 ed. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

MATTA, Sozângela Schemimda. **Português e Interação**. Curitiba. Bolsa Nacional do Livro Ltda, 2009.

MORIN. Edgar. **Antropologia da liberdade**. 1999. Tradução de *Anthropologie de la Liberté, GRASCE Entre Systémique et Complexité, Chemin Faisant Mécanges [cf.] en l'Honneur du Professor Jean-Louis Le Moigne*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999, págs. 157-170. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/145713211/MORIN-Edgar-1999-Antropologia-Da-Liberdade> Acesso em: 22 jan. 2014.